



# Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de "Administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco, com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco".

No exercício de 2012, a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 387,681 milhões, correspondente a R\$ 746,98 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 1,345 bilhão, Ativos Totais de R\$ 1,558 bilhão e receita bruta de prestação de serviços de R\$ 643,210 milhões, com crescimento anual de 16,1%.

Em 21 de janeiro de 2013, a Bradesco Consórcios completou 10 anos de atividades e é líder em cotas ativas desde 2004 nos segmentos de: Imóveis, Automóveis e em 2008 atingiu a liderança no segmento de Caminhões/Tratores.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2012	2011		2012	2011
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.519.706</b>	<b>1.120.813</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>212.314</b>	<b>190.145</b>
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a) .....	1.488.056	1.085.634	OUTRAS OBRIGAÇÕES .....	212.314	190.145
Carteira Própria .....	1.488.056	1.085.634	Sociais e Estatutárias (Nota 13d) .....	3.683	3.224
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7) .....	31.650	35.179	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a) .....	117.189	104.573
Créditos Específicos .....	2.978	2.302	Diversas (Nota 12b) .....	91.442	82.348
Diversos .....	28.672	32.877			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>5.043</b>	<b>3.017</b>			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7) .....	4.885	2.959			
Diversos .....	4.885	2.959			
OUTROS VALORES E BENS .....	158	58			
Despesas Antecipadas .....	158	58			
<b>PERMANENTE</b> .....	<b>33.394</b>	<b>31.578</b>			
INVESTIMENTOS (Nota 8) .....	201	201			
Outros Investimentos .....	312	312			
Provisões para Perdas .....	(111)	(111)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9) .....	1.129	1.330			
Outras Imobilizações de Uso .....	3.952	3.972			
Depreciações Acumuladas .....	(2.823)	(2.642)			
INTANGÍVEL (Nota 10) .....	32.064	30.047			
Ativos Intangíveis .....	35.581	31.802			
Amortização Acumulada .....	(3.517)	(1.755)			
<b>TOTAL</b> .....	<b>1.558.143</b>	<b>1.155.408</b>			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro 2012 2011	
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>46.438</b>	<b>96.667</b>	<b>105.641</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b) .....	46.438	96.667	105.641
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>46.438</b>	<b>96.667</b>	<b>105.641</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b> .....	<b>234.635</b>	<b>459.017</b>	<b>387.783</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 14) .....	335.736	643.210	553.895
Despesas de Pessoal (Nota 15) .....	(11.115)	(20.786)	(22.024)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16) .....	(20.394)	(33.992)	(34.268)
Despesas Tributárias (Nota 17) .....	(38.663)	(73.997)	(60.331)
Outras Receitas Operacionais (Nota 18) .....	2.257	3.813	2.081
Outras Despesas Operacionais (Nota 18) .....	(33.186)	(59.231)	(51.570)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b> .....	<b>281.073</b>	<b>555.684</b>	<b>493.424</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19)</b> .....	<b>15.120</b>	<b>28.532</b>	<b>19.022</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b> .....	<b>296.193</b>	<b>584.216</b>	<b>512.446</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 23)</b> .....	<b>(98.319)</b>	<b>(196.535)</b>	<b>(173.009)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b> .....	<b>197.874</b>	<b>387.681</b>	<b>339.437</b>
Número de cotas (Nota 13a) .....	519.000.000	519.000.000	321.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$ .....	381,26	746,98	1.057,44

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro 2012 2011	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....	<b>296.193</b>	<b>584.216</b>	<b>512.446</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos</b> .....	<b>1.949</b>	<b>3.015</b>	<b>2.035</b>
Depreciações e Amortizações .....	1.060	2.115	1.549
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais .....	889	895	486
Perda na Venda de Bens do Imobilizado .....	-	5	-
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos</b> .....	<b>298.142</b>	<b>587.231</b>	<b>514.481</b>
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros			
Derivativos .....	(240.462)	(402.423)	(211.699)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens .....	(7.887)	1.886	(2.910)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações .....	4.445	(9.591)	(19.268)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos .....	(48.941)	(169.944)	(141.065)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b> .....	<b>5.297</b>	<b>7.159</b>	<b>139.539</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>			
Aquisição de Imobilizado de Uso .....	(62)	(158)	(128)
Aplicação Bens Intangíveis .....	(2.010)	(3.778)	(4.612)
Alienação de Imobilizado de Uso .....	(1)	1	9
Redução do Intangível .....	-	-	192
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos</b> .....	<b>(2.073)</b>	<b>(3.935)</b>	<b>(4.539)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>			
Dividendos Pagos .....	(3.224)	(3.224)	(135.000)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos</b> .....	<b>(3.224)</b>	<b>(3.224)</b>	<b>(135.000)</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do período .....	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do período .....	-	-	-
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa .....	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO - Em Reais mil			
	2012	2011	
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>8.242.587</b>	<b>7.424.998</b>	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Grupos em Andamento e Formação (Nota 20) .....	3.822.696	3.394.816	
Aplicações Financeiras .....	507.455	366.474	
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações .....	3.315.241	3.028.342	
OUTROS CRÉDITOS .....	4.419.891	4.030.182	
Direitos junto a Consorciados Contemplados .....	4.416.298	4.026.350	
Normais .....	4.359.719	3.982.765	
Em Atraso .....	22.046	18.566	
Em Cobrança Judicial .....	34.533	25.019	
Bens Retomados .....	3.593	3.832	
<b>COMPENSAÇÃO</b> .....	<b>29.101.311</b>	<b>27.773.365</b>	
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados .....	296.347	268.905	
Contribuições Devidas ao Grupo .....	15.224.883	14.508.987	
Valor dos Bens a Contemplar .....	13.580.081	12.995.473	
<b>TOTAL</b> .....	<b>37.343.898</b>	<b>35.198.363</b>	
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>8.242.587</b>	<b>7.424.998</b>	
Obrigações com Consorciados .....	3.086.876	2.813.789	
Valores a Repassar .....	40.945	35.590	
Obrigações por Contemplações a Entregar .....	3.315.241	3.028.342	
Recursos a Devolver a Consorciados .....	1.275.398	1.121.977	
Recursos dos Grupos .....	524.127	425.300	
<b>COMPENSAÇÃO</b> .....	<b>29.101.311</b>	<b>27.773.365</b>	
Recursos Mensais a Receber de Consorciados .....	296.347	268.905	
Obrigações do Grupo por Contribuições .....	15.224.883	14.508.987	
Obrigações por Futuras Contemplações .....	13.580.081	12.995.473	
<b>TOTAL</b> .....	<b>37.343.898</b>	<b>35.198.363</b>	

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios ou Instituição), é uma Instituição que tem por objetivo a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da Organização Bradesco, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral.

Como parte integrante da Organização Bradesco, utiliza-se, de forma compartilhada, da infraestrutura administrativa e tecnológica de seu Controlador (Banco Bradesco) e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicável. Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ou valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; e outras provisões, quando aplicável. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de janeiro de 2013.

### 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

#### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

#### b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos, e a comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão nos grupos.

#### c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

#### d) Títulos e Valores Mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

#### e) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia).

#### f) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável.

#### g) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

Depreciação às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Equipamentos de Informática e Direito de Uso de Softwares 20% a.a. e ajustado por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados
	Social	Legal	Estatutárias	Totais	
<b>Saldos em 30.6.2012</b> .....	<b>519.000</b>	<b>39.132</b>	<b>590.577</b>	-	<b>1.148.709</b>
Lucro Líquido .....	-	-	-	197.874	197.874
Destinações: - Reservas .....	-	9.893	186.100	(195.993)	-
- Dividendos Propostos .....	-	-	-	(1.881)	(1.881)
<b>Saldos em 31.12.2012</b> .....	<b>519.000</b>	<b>49.025</b>	<b>776.677</b>	-	<b>1.344.702</b>
<b>Saldos em 31.12.2010</b> .....	<b>261.000</b>	<b>50.279</b>	<b>313.212</b>	-	<b>624.491</b>
Aumento de Capital .....	60.000	-	(60.000)	-	-
Lucro Líquido .....	-	-	-	339.437	339.437
Destinações: - Reservas .....	-	16.972	319.241	(336.213)	-
- Dividendos Propostos .....	-	-	-	(3.224)	(3.224)
<b>Saldos em 31.12.2011</b> .....	<b>321.000</b>	<b>67.251</b>	<b>572.453</b>	-	<b>960.704</b>
Aumento de Capital com Reservas .....	198.000	(37.610)	(160.390)	-	-
Lucro Líquido .....	-	-	-	387.681	387.681
Destinações: - Reservas .....	-	19.384	364.614	(383.998)	-
- Dividendos Propostos .....	-	-	-	(3.683)	(3.683)
<b>Saldos em 31.12.2012</b> .....	<b>519.000</b>	<b>49.025</b>	<b>776.677</b>	-	<b>1.344.702</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012	%	2012	%	2011	%
<b>1 - RECEITAS</b> .....	<b>366.365</b>	<b>105,8</b>	<b>712.991</b>	<b>104,9</b>	<b>629.069</b>	<b>105,7</b>
1.1) Intermidação Financeira .....	46.438	13,4	96.667	14,2	105.641	17,8
1.2) Prestação de Serviços .....	335.736	97,0	643.210	94,7	553.895	93,0
1.3) Outras .....	(15.809)	(4,6)	(26.886)	(4,0)	(30.467)	(5,1)
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> .....	<b>(19.220)</b>	<b>(5,5)</b>	<b>(31.606)</b>	<b>(4,6)</b>	<b>(32.415)</b>	<b>(5,4)</b>
Materiais, água e energia .....	(507)	(0,1)	(848)	(0,1)	(726)	(0,1)
Serviços técnicos especializados .....	(4.787)	(1,4)	(9.493)	(1,4)	(8.408)	(1,5)
Propaganda, promoções e publicidade .....						

continuação



# Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

#### • Aplicações Financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do BACEN.

Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e de reserva de cada grupo diariamente.

#### • Outros Créditos

Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

#### • Passivo Circulante

#### I. Obrigações com Consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens e o fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.

#### II. Valores a Repassar

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados, referentes à taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros e outros.

#### III. Obrigações por Contemplações a Entregar

Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do Balanço.

#### IV. Recursos a Devolver a Consorciados

Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

#### V. Recursos dos Grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

#### • Contas de Compensação

#### I. Previsão Mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

#### II. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

#### III. Valor dos Bens a Contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

### 5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Instituição não apresentava saldos em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

### 6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

#### a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2012			2011		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Títulos para negociação (3)						
Letras financeiras do tesouro	-	146.435	8.332	475.202	629.969	629.969
Certificados de depósito bancário	-	15.700	23.340	49.042	88.082	88.082
Debêntures	667	-	26.856	245.806	273.329	273.329
Letras do tesouro nacional	259.716	8.533	-	31.481	299.730	299.730
Notas promissórias	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional	141.213	-	6	31.508	172.727	172.727
Outras	7.221	387	21	16.590	24.219	24.219
<b>Total em 2012</b>	<b>408.817</b>	<b>171.055</b>	<b>58.555</b>	<b>849.629</b>	<b>1.488.056</b>	<b>1.488.056</b>
<b>Total em 2011</b>	<b>53.618</b>	<b>6.500</b>	<b>-</b>	<b>1.025.516</b>	<b>-</b>	<b>1.085.634</b>

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, e no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreando as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, as aplicações em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 1.488.056 mil (2011 - R\$ 1.085.634 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos investidos é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

#### b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Títulos de Renda Fixa	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Total	96.667	105.641
<b>Total</b>	<b>96.667</b>	<b>105.641</b>

### 7) OUTROS CRÉDITOS - ESPECÍFICOS E DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Impostos e contribuições a compensar	16.043	16.798
Pagamentos a ressarcir	11.076	14.782
Devedores por depósitos em garantia	4.213	2.411
Cobrança grupos encerrados	2.978	2.302
Créditos tributários (Nota 23c)	2.030	1.647
Outros adiantamentos	195	198
<b>Total</b>	<b>36.535</b>	<b>38.138</b>

### 8) INVESTIMENTOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
- Certificados de investimentos - CI	12	12
- Investimentos audiovisuais	300	300
<b>Subtotal</b>	<b>312</b>	<b>312</b>
- Provisão para incentivos fiscais	(111)	(111)
<b>Total geral dos investimentos</b>	<b>201</b>	<b>201</b>

### 9) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

Imóveis de uso:	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo Líquido de Depreciação	
				2012	2011
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.396	(1.492)	904	1.079
Sistemas de segurança	10%	15	(10)	5	7
Sistemas de processamento de dados	20%	1.541	(1.321)	220	244
<b>Total em 2012</b>	<b>3.952</b>	<b>(2.823)</b>	<b>1.129</b>		
<b>Total em 2011</b>	<b>3.972</b>	<b>(2.642)</b>	<b>1.330</b>		

### 10) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por *softwares*.

Softwares	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo Líquido de Amortização	
				2012	2011
Total em 2012	20%	35.581	(3.517)	32.064	30.047
<b>Total em 2011</b>		<b>35.581</b>	<b>(3.517)</b>	<b>32.064</b>	<b>30.047</b>

### 11) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

#### a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

#### b) Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

#### I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

#### II - Obrigações Legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

#### III - Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

#### IV - Movimentação das Provisões Constituídas

	R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias (1)	Total
No início do exercício de 2012	-	1.750	-	28
Constituição de provisão/reversões	839	(1)	-	48
Atualização monetária	7	-	-	2
Pagamentos	-	(8)	-	-
<b>No final do exercício de 2012 (Nota 12)</b>	<b>846</b>	<b>1.741</b>	<b>-</b>	<b>78</b>

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

#### c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

### 12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	109.940	98.525
Impostos e contribuições a recolher	7.171	6.020
Provisão para riscos - fiscais (Nota 11b)	78	28
<b>Total</b>	<b>117.189</b>	<b>104.573</b>

#### b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados	78.023	69.829
Provisão para pagamentos a efetuar	9.529	7.489
Processos judiciais em andamento	1.840	7.283
Provisão para riscos - cíveis (Nota 11b)	1.741	1.750
Provisão para riscos - trabalhistas (Nota 11b)	846	-
Outros valores	590	556
<b>Total</b>	<b>92.569</b>	<b>86.907</b>

### 13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 519.000 mil (2011 - R\$ 321.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 519.000.000 (2011 - 321.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

#### b) Movimentação do capital social

	Quantidade de Cotas		R\$ mil	
	2012	2011	2012	2011
Em 31 de dezembro de 2011	321.000.000	321.000.000	321.000.000	321.000.000
Aumento de capital - AC de 9.4.2012 (1)	198.000.000	-	198.000.000	-
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>519.000.000</b>	<b>321.000.000</b>	<b>519.000.000</b>	<b>321.000.000</b>

(1) Em 8 de maio de 2012 o BACEN homologou a Ata de Alteração do Contrato Social da Companhia, que deliberou o aumento do capital social em R\$ 198.000 mil, elevando-o de R\$ 321.000 mil para R\$ 519.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo das contas "Reserva de Lucros - Reserva Legal", no montante de R\$ 37.610 mil e "Reserva de Lucros - Estatutária", no montante de R\$ 160.390 mil, com a criação de 198.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio-Cotista Banco Bradesco S.A com a concordância do Sócio-Cotista Banco Alvorada S.A.

### c) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>825.702</b>	<b>639.704</b>
- Reserva Legal (1)	49.025	67.251
- Reserva Estatutária (2)	776.677	572.453

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado.

#### d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil	
	2012	2011
Lucro Líquido	387.681	339.437
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro	(19.384)	(16.972)
<b>Base de cálculo</b>	<b>368.297</b>	<b>322.465</b>
Dividendos propostos	3.683	3.224
<b>Percentual em relação à base de cálculo</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,0%</b>
Valor em reais por lote de mil cotas	7,10	10,04

### 14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços, nos respectivos exercícios correspondem aos valores de R\$ 643.210 mil (2011 - R\$ 553.895 mil) e referem-se basicamente a taxa de administração de grupos de consórcios.

### 15) DESPESA DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Proventos	8.311	9.330
Encargos Sociais	5.002	5.156
Benefícios	4.832	5.826
Participação dos empregados nos lucros	1.622	1.420
Treinamento	163	222
Provisões trabalhistas	856	70
<b>Total</b>	<b>20.786</b>	<b>22.024</b>

### 16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Serviços técnicos especializados	9.493	8.408
Comunicações	8.425	8.029
Propaganda, promoções e publicidade	2.272	7.144
Contribuições filantrópicas	5.150	2.750
Processamentos de dados	2.029	2.033
Depreciações e amortizações	2.115	1.549
Viagens	1.231	1.289
Transportes	914	855
Material	848	726
Aluguéis	271	304
Manutenção e conservação de bens	159	138
Outras	1.085	1.043
<b>Total</b>	<b>33.992</b>	<b>34.268</b>

### 17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Contribuição à COFINS	50.718	40.915
Impostos sobre serviços - ISS	12.265	10.531
Contribuição ao PIS		

continuação



**Bradesco**  
Consórcios

## Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP



### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns procedimentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

**Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.**

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para semestre e exercício findos naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2012 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

DIRETORIA		
<b>Diretor-Presidente</b> Luiz Carlos Trabuco Cappi	<b>Diretores Vice-Presidentes</b> Julio de S. Carvalho de Araujo Domingos Figueiredo de Abreu José Alcides Munhoz Aurélio Conrado Boni Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Marco Antonio Rossi	<b>Diretor Superintendente</b> Octávio de Lazzi Júnior
Cláudia Teixeira de Souza – Contadora – CRC 1SP177829/O-6		

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2012 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 4 de março de 2013



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato  
Contador CRC 1SP160769/O-0



Eu não saberia dizer, no campo numérico, como seria essa compensação aqui no Rio.

Presidente em exercício Michel Temer

## ROYALTIES

# Temer, presidente, abre brecha.

Wilton Júnior/Estadão Conteúdo



Após derrubada de vetos, Temer sinaliza compensações a Estados produtores: "O Supremo vai dizer a última palavra sobre essa matéria".

O presidente em exercício, Michel Temer, afirmou ontem que o governo federal pode compensar as perdas de receita dos Estados produtores de petróleo devido à redistribuição dos royalties, decidida na madrugada de ontem pelo Congresso Nacional.

Como a presidente Dilma Rousseff foi à Venezuela, ele ocupou o cargo interinamente. Temer disse que não há compromisso do governo, mas sinalizou com possibilidade: "É um dos caminhos. Eu não saberia dizer, no campo numérico, como seria essa compensação. Mas pode vir a ser um dos caminhos. Especialmente aqui no Rio de Janeiro que vai ter Copa, Olimpíada, vários eventos internacionais, de modo que pode vir a verificar-se uma compensação".

Ressaltou, porém, que a medida dependerá de discussão no governo federal. "Não tem nenhum compromisso do governo. Vai depender de muitos estudos. " Para Temer a derrubada do veto criou um "problema jurídico", o que "não desprestigia a presidente".

"A derrubada do veto está prevista na Constituição. O fundamento do veto da presidente Dilma foi justamente respeitar os contratos. Ela fez o que, no meu modo de ver, deveria ter feito. Isso criou um problema jurídico. O Supremo vai dizer a última palavra sobre essa matéria".

**CHALITA** – Depois de palestra na Fundação Getúlio Vargas no Rio, Temer ainda co-

mentou que as acusações contra Gabriel Chalita (PMDB-SP) são "injustas" e que o deputado tem uma "ética inatacável". "Eu conheço bem o Chalita. Um homem de uma ética inatacável. Tenho certeza que ele vai prestar todos os esclarecimentos necessários. E sairá vitorioso dessas incriminações que são feitas por uma única pessoa".

No mês passado, a *Folha de S.Paulo* revelou que o Ministé-

rio Público Estadual abriu 11 inquéritos para investigar o deputado com base nas acusações do analista de sistemas Roberto Grobman, que afirma ter sido assessor do peemedebista na época em que ele era secretário de Educação de São Paulo.

O deputado nega irregularidades em sua gestão. A parte criminal do caso está sob análise do procurador-geral Roberto Gurgel. E Temer? O inte-

rino diz que tem "plena confiança" em Chalita: "Ele tem sustentado que isso é fruto de disputas políticas. Tenho plena confiança nele."

**DIPLOMACIA** – Sobre seu partido no Rio, Temer comentou que haverá um esforço geral para resolver o impasse com o PT para garantir o apoio do governador Sérgio Cabral à reeleição da presidente Dilma Rousseff. Ao comentar a campanha presidencial de 2014,

Temer falou em "nossa chapa". O PMDB exige apoio do PT ao vice-governador Luiz Fernando Pezão (PMDB), candidato de Cabral. "Tenho certeza que o governador Cabral, nos nossos agentes políticos aqui, com auxílio do PMDB nacional e do PT nacional vamos chegar a uma composição em torno desse assunto e que o Rio, por meio do governador Cabral, vai continuar a apoiar, como apoiou, a nossa chapa", disse Temer.

## AGU vai respeitar Congresso

O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, disse ontem que a AGU (Advocacia-Geral da União) não vai apoiar ações dos Estados produtores de petróleo, que serão apresentadas ao STF (Supremo Tribunal Federal), contra a derrubada dos vetos dos royalties.

Segundo Adams, a decisão tomada pelo Congresso sobre os royalties é "página virada". "A AGU vai defender a legitimidade da decisão do Congresso Nacional. Com a decisão do Congresso, o assunto é uma página virada do ponto de vista do posicionamento da AGU. O advogado-geral defenderá integralmente no STF a decisão do Congresso".

Apesar de a AGU ter fundamentado os vetos de Dilma à lei dos royalties, Adams disse que cabe à instituição agora respeitar a decisão do Congresso. "A posição da AGU, fixada na Constituição como missão, é defender a legitimidade da decisão legislativa adotada". Adams não acredita que a derrubada dos vetos promova "insegurança jurídica". Contratos entre União e empresas que exploram o petróleo não são afetados.

## Petróleo: STF vai acelerar a votação.

O impacto financeiro das novas regras de divisão dos royalties nos cofres dos Estados produtores de petróleo deve levar o Supremo Tribunal Federal (STF) a acelerar o julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade (Adin) contra a lei. Ministros consultados pelo disseram ontem que a Corte deve adotar um tratamento "célere" para a questão.

A confirmação da derrubada dos vetos foi divulgada pelo Congresso Nacional nesta quinta e a decisão deve ser publicada hoje. Com a publicação, abre-se o prazo de 48 horas para que a presidente Dilma Rousseff promulgue a decisão. Só após este ato é que Rio, Espírito Santo e São Paulo deverão acionar o STF.

Na Corte, o entendimento é que devido à gravidade da decisão é preciso definir com brevidade qual dos lados em disputa tem razão. Principal Estado produtor, o Rio de Janeiro estima em R\$ 5 bilhões anuais suas perdas.

A celeridade, segundo os magistrados consultados, pode ser dada avaliando o mérito da ação ou julgando a iminência da ação em plenário. O ministro Luiz Fux, que já havia no ano passado suspenso a votação dos vetos por meio de medida liminar, verbalizou a intenção.

Em caso excepcional, o tribunal poderá julgar o caso imediatamente, sem sequer ouvir o Congresso, a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério Público.



**BOMBA NA SEDE** – Por volta 15h30, o 9º andar do prédio sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), no centro do Rio, foi alvo de explosão. O prédio foi esvaziado e, duas horas mais tarde, uma equipe do Esquadrão Anti-Bombas, da Polícia Civil realizava vistoria no local. Ninguém ficou ferido. Segundo o presidente da Ordem, Felipe Santa Cruz, às 15h07, ele recebeu um telefonema do Corpo de Bombeiros informando que havia ameaça de bomba na sede da OAB. A explosão aconteceu em uma área de grande circulação, perto do auditório do 9º andar. Segundo ele, o material não era de alto impacto explosivo. "Alguém soltou um artefato no corredor, com o objetivo de assustar. Nós soubemos que havia ameaça de três bombas."

## Vetos: 25 prefeitos devem entrar na Justiça.

Pelo menos 25 municípios espalhados por todo o País deverão aguardar a promulgação do projeto de lei que prevê a distribuição dos royalties do petróleo para então entrar com ações na Justiça e tentar reverter a derrubada do veto da presidente Dilma Rousseff pelo Congresso Nacional.

Os prefeitos dessas cidades, que pertencem à Associação Brasileira de Municípios com Terminais Marítimos, Fluviais e Terrestres de Embarque e Desembarque de Petróleo e Gás Natural (Abrampt) e à Anamup (Associação Nacional dos Municípios Produtores), seguirão para Brasília na próxima segunda-feira (11) para decidir qual a medida judicial deverão tomar.

Os prefeitos também vão se reunir no Rio durante reunião da entidade. Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo deverão mover uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF).

**Na contramão** – O prefeito da capital fluminense, Eduardo Paes (PMDB), afirmou que a nova distribuição das verbas do petróleo não vai paralisar o município. No entanto, admitiu que o corte de recursos apresentará um "impacto" nas contas da prefeitura.

"Não tem risco de parar obra nenhuma da prefeitura. Todos os recursos dos royalties vão para investimentos em questões ambientais e de drenagens, mas vamos substituir os recursos, se eles faltarem."